

EDITORIAL

O lançamento deste segundo número da revista *Pensar a Prática*, demonstra o firme propósito da FEF-UFG de reafirmar o compromisso, há muito assumido, de refletir criticamente a realidade da Educação Física e do Esporte em Goiás e de nela intervir, procurando apontar novas ações e perspectivas para o desenvolvimento deste setor tão importante da educação, cultura e lazer em nosso Estado.

Por isto mesmo, este número traz como tema central as políticas públicas na área de Educação Física & Esportes (além de outros), uma vez que, em função da atualidade e importância da temática, permanecem abertas as discussões sobre a LDB e os PCNs, já ventilados no volume anterior. Agora, porém, são tratados mais especificamente com a incorporação das novas orientações do Governo Federal e com a divulgação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física. Nesta perspectiva, é de fundamental importância o aprofundamento destas questões ou, pelo menos, o início deste debate aberto e democrático também em nosso Estado.

A orientação basilar de nossa revista científico-acadêmica é, em especial neste número, a de dotar a área de Educação Física, Esportes e Lazer em Goiás de conteúdos críticos resultantes das pesquisas e seus produtos. O objetivo é contribuir para com a reflexão séria e responsável em capacitar, em particular, os professores da rede pública de ensino, os dirigentes da administração pública (Estado-Município), bem como os interlocutores da sociedade civil que transitam ou estabelecem mediações no campo das políticas públicas.

Dentro desta ótica, a FEF-UFG acredita que uma política coerente na área passa, necessariamente, por uma gestão democrática e de qualidade social dos bens públicos, em que se leve em conta, sobretudo, a voz dos setores da sociedade que lidam com a especificidade da Educação Física, Desportos e Lazer e de áreas que se articulam e se complementam no campo da cultura, da saúde, do meio ambiente e do bem-estar social – entendendo estes elementos como expressões constitutivas e inalienáveis da cultura corporal humana. Em um sentido mais direto, significa repensar as prioridades, os critérios, os interesses, os objetivos e as disponibilidades dos recursos financeiros e humanos pelo aparelho de Estado, visando redimensionar seus compromissos, as metodologias e as ações até então utilizadas na área, buscando atender efetivamente aos interesses coletivos.

Finalmente, desejamos a todos uma prazerosa leitura deste número, pois apostamos nestes diálogos por vezes ocultos, mas nunca silenciosos entre autores, leitores, insatisfeitos com esta nossa realidade, pois a cada virar de páginas e a cada parada para a reflexão... constrói-se um texto novo ou reconstrói-se um novo contexto a ser modificado ou transformado - pela prática – em direção ao bem-estar social humano.

Prof. Nivaldo Antônio Nogueira David